

BRAZILIENSE

# CPI recorre quarta ao Supremo

Samuel José

Porto Alegre — Os sete senadores que integraram a CPI da Corrupção entrarão com mandado de segurança, até quarta-feira da próxima semana, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o arquivamento do parecer da comissão que enquadra o presidente José Sarney por crime de responsabilidade. O ex-relator da CPI, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), considerou a medida "uma violência, uma grosseria, além de um erro jurídico".

Segundo ele, o arquivamento, pelo presidente interino da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL/PE), "foi uma jogada ensaiada" para impedir a discussão e o julgamento do assunto pelo Congresso Nacional — previsto no artigo 19 da Lei 1.079, e no artigo 51 da nova Constituição.

Convicto do acolhimento do mandado de segurança pelo STF, Chiarelli espera que o processo retome o seu curso normal "o quanto antes", com a comunicação do presidente da Câmara ao plenário sobre a matéria.

Defende a formação de uma comissão para análise e confecção de parecer, e o encaminhamento ao Senado, que manifestar-se-ia sobre o mérito da questão.

Carlos Chiarelli protesta que dos 29 indiciados, cinco "poderosos fiquem livres das acusações, enquanto para os demais — prefeitos, funcionários de segundo escalão, empresários empreiteiros, e inclusive o ex-ministro Aníbal Teixeira — as provas do parecer são excelentes, a ponto de já estarem todos denunciados no Ministério Público e na Procuradoria-Geral da República".

25 FEV 1989